

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ**  
**SECRETARIA DE INOVAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**  
**CONCURSO PÚBLICO N.º 02/2023**

**EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO III**

A Prefeitura Municipal de Santo André RERRATIFICA o Edital de Abertura de Inscrições do Concurso nº 02/2023, publicado oficialmente no endereço eletrônico da Fundação VUNESP ([www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br)), no site da Prefeitura Municipal de Santo André (<https://web.santoandre.sp.gov.br/>) em 22 de abril de 2023, para constar o que segue:

**1. - no Capítulo II – DAS INSCRIÇÕES, fica incluído o item 1.2, conforme adiante:**

1.2. Em conformidade com o **Decreto 8727 de 28 de abril de 2016**, fica assegurada a possibilidade de **uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais** neste Concurso Público.

**1.2.1.** O candidato interessado, durante o período de inscrições, deverá:

**a)** indicar, no formulário de inscrição, a utilização do nome social;

**b)** preencher, assinar e encaminhar, por meio digital (upload), o requerimento de utilização do nome social, juntamente com cópia do documento de identidade (RG).

**1.2.1.1.** Com o atendimento às instruções do item 1.2 e subitem 1.2.1., deste Edital, todas as publicações e consultas relativas a este Concurso Público deverão ser feitas com o nome social, seguido do número do documento oficial informado na ficha de inscrição.

**1.2.2.** Para envio dos documentos citados no subitem 1.2.1. deste Edital, o candidato deverá, até 23h59min de **19.06.2023**.

**a)** acessar o link próprio deste Concurso Público, no site [www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br);

**b)** após o preenchimento do formulário de inscrição, com a informação do uso do nome social, acessar a Área do Candidato, selecionar o link “Envio de Documentos” e realizar o envio dos documentos por meio digital (upload);

**b1)** os documentos para envio deverão estar digitalizados, frente e verso, quando necessário, com tamanho de até 500 KB, por documento anexado, e em uma das seguintes extensões: “pdf” ou “png” ou “jpg” ou “jpeg”.

**1.2.2.1.** Não serão avaliados os documentos ilegíveis e/ou com rasuras ou proveniente de arquivo corrompido.

**1.2.3.** Não serão considerados os documentos enviados pelos correios, por e-mail ou por quaisquer outras formas que não especificadas no item 1.2.2. deste Capítulo, deste Edital, e nem a entrega condicional ou complementação de documentos ou a retirada de documentos após a data limite.

**1.2.4. O candidato que não cumprir o disposto nos itens 1.2, 1.2.1 e 1.2.2 até o último dia das inscrições, seja qual for o motivo alegado, não terá a utilização do nome social atendida.**

**1.2.5.** Todas as informações prestadas na ficha de inscrição e/ou em qualquer procedimento que consta deste Edital são de inteira responsabilidade do candidato, sob pena da nulidade da inscrição e de todos os atos dela decorrentes, além de sujeitar o candidato às penalidades previstas em lei, não sendo admitida alteração e/ou qualquer inclusão após o período de solicitação.

**2. - no Capítulo III – DA PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA:**

**Onde se lê:**

**5.** Para concorrer como pessoa com deficiência, o candidato deverá no período das inscrições:

a) ...;

b) ...;

**c) Enviar, conforme disposto na alínea “b” do item 6., deste Capítulo: laudo(s) médico(s) original ou cópia autenticada, que deverá(rão) conter, o nome completo do candidato, bem como o nome, a assinatura e o CRM do profissional médico, expedido nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao término das inscrições.**

**Leia-se:**

**5.** Para concorrer como pessoa com deficiência, o candidato deverá no período das inscrições:

a) ...;

b) ...;

**c) Enviar, conforme disposto na alínea “b” do item 6., deste Capítulo: laudo(s) médico(s) original ou cópia autenticada), atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência. O laudo médico deverá conter, o nome completo do candidato, bem como o nome, a assinatura e o CRM do profissional médico, expedido nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao término das inscrições.**

3. No **Edital** de Abertura de Inscrições do Concurso Público N.º 02/2023 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, no **ANEXO III – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**, para os cargos de:

**Agente de Lazer, Agente de Trânsito e Transporte Municipal, Agente de Fiscalização – Defesa do Consumidor, Auditor de Controle Interno, Contador, Economista, Engenheiro – Civil (Trânsito), Pedagogo (Assistência Social), Profissional de Educação Física e Psicólogo (Assistência Social):**

**LEIA-SE COMO SEGUE E NÃO COMO CONSTOU:**

**Agente de Lazer**

**Conhecimentos Específicos:** Conceitos de lazer; As relações do lazer com as demais áreas de atuação humana; Função social do lazer; Políticas Públicas de Lazer; Características do lazer e seus conteúdos culturais; A importância do brincar para o desenvolvimento infantil; Relações entre Lazer e Qualidade de Vida; Noções de cidadania e suas relações com o lazer; Jogos cooperativos; As diferenças do lazer de acordo com as faixas etárias; Lazer e educação; Planejamento e gestão de programas e eventos de lazer.

**Agente de Trânsito e Transporte Municipal**

**Conhecimentos Específicos:** Legislação de trânsito: Lei Federal nº 9.503/97 e atualizações – Código de Trânsito Brasileiro: Do Sistema Nacional de Trânsito; Das Normas Gerais de Circulação e Conduta; Da Sinalização de Trânsito; Da Operação e Fiscalização de Trânsito; Dos Veículos; Das Infrações; Das Penalidades; Das Medidas Administrativas; Do Processo Administrativo; Anexo I – Dos Conceitos e Definições; Anexo II – Resolução CONTRAN nº 973/2022. Resolução CONTRAN nº 985/2022 – Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito – Anexos ([Parte I](#), [Parte II](#), [Parte III](#), [Parte IV](#), [Parte V](#), [Parte VI](#), [Parte VII](#)). Resolução CONTRAN nº 798/20 e suas alterações – Fiscalização da velocidade de veículos automotores, reboques e semirreboques. Municipalização do trânsito: atribuições e responsabilidades dos órgãos municipais de trânsito. Conhecimentos Básicos de Transporte Urbano: introdução ao planejamento de transportes – conceitos e definições. Sistemas de transporte coletivo de passageiros – sistemas e tecnologias de transporte urbano. Panorama sobre o transporte público no Brasil. Programação da operação do transporte coletivo urbano por ônibus. Lei Municipal nº 8.038/00 e suas alterações – dispõe sobre o Serviço de Transporte Escolar no Município de Santo André, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 14.537/00 e suas alterações. Decreto Municipal nº 13.803/96 que regulamenta o serviço de transporte individual via táxi, no Município de Santo André.

**Agente de Fiscalização – Defesa do Consumidor**

**Conhecimentos Específicos:** Direito do consumidor. Natureza e fonte de suas regras. Características e princípios do Código de Defesa do Consumidor. Integrantes e objeto da relação de consumo. Política Nacional de Relações de Consumo: objetivos e princípios. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. Proteção à saúde e segurança. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados e cadastros de consumidores. Proteção contratual. Princípios basilares dos contratos de consumo. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Sanções administrativas. Infrações penais. As relações de consumo como bem jurídico penal. Sujeitos ativo e passivo dos crimes contra as relações de consumo. Código penal e proteção ao consumidor. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Legislação Federal: Leis nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor; nº 9.656/98 – Planos de Saúde; nº 10.048/2000 – Atendimento Prioritário; nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso – meia-entrada / regulamentada pelos decretos 5.130/2004 – 5.934/200; nº 7.0741/2003 – Transporte Interestadual – Resolução ANTT 1.692/06 e 2.030/07; nº 14.463/2011 – Proibição de cobrança de taxa por emissão de carnê ou boleto bancário; nº 13.455/2017 – Diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos; nº 10.674/2003 – Obriga a que os produtos alimentícios

comercializados informem sobre a presença de glúten; nº 12.291/2010 – Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor; nº 14.046/2020, alterada pela MP 1.101/22; Legislação Estadual: Leis nº 14.729/12, nº 12.933/13, nº 15.298/14 — Meia-entrada; nº 14.513/2011 – Publicidade; nº 13.747/2009 – Lei de Entrega; nº 15.179/2003 – Transporte Intermunicipal. Decreto Federal: Decs. nº 5.903/2006; nº 5.903/2006 – Preços; nº 66.634/2022 – Carne moída; nº 11.034/2022 – SAC. Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/21; Resolução normativa nº 632/2014 – Anatel. Deliberação nº 106/2009 – Direitos e Deveres dos usuários de saneamento básico.

## **Auditor de Controle Interno**

**Conhecimentos Específicos: Direito Constitucional:** Princípios Fundamentais (art. 1º a 4). Direitos e Garantias Fundamentais e Direitos Sociais (art. 5º a 11). Da organização do Estado (art. 18 a 31). (Administração Pública (arts. 37 a 43). Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts. 70 a 75). Finanças Públicas (arts. 163 a 169). Saúde (arts. 196 a 200). Previdência Social (art. 201 e 202). Educação (arts. 205 a 214 e art. 60 do ADCT). Correlatos na Constituição do Estado de São Paulo e da Lei Orgânica do Município de Santo André. **Direito Administrativo:** Princípios da Administração. Organização administrativa. Poderes da Administração. Atos administrativos. Agentes Públicos (Estatuto dos Funcionários Públicos de Santo André). Serviços públicos (Lei dos Serviços Públicos, Lei das Concessões, PPP, Autorização, Permissão, Outorga). Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. 3º Setor (Lei das Organizações Sociais, Leis das OCIPS, Lei das OSC, Convênios, Subvenções). Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8666/93 e 14133/2021). Controle da Administração. Controle interno e externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992). Lei do Processo Administrativo (lei 9784/1999). Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD). **Direito Financeiro e AFO:** Constituição de 1988. Normas gerais de Direito Financeiro. Lei nº 4.320/1964. Proposta, Elaboração e Controle da lei de orçamento. Créditos adicionais. Execução do orçamento. Fundos especiais e controle da execução orçamentária. Dívida pública (Resoluções do Senado Federal). Operações de crédito. Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. Disciplina constitucional e legal dos precatórios. Crédito público: conceito. Empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão. **Direito Tributário:** Do sistema Tributário Nacional (art 145 a 162 da CF). Tributos Municipais. Retenções Tributárias obrigatórias. Tributos sobre a folha de pagamentos. Imposto de Renda (MAFON). **Auditoria Governamental:** Finalidade, objetivos e responsabilidade. Distinção entre auditoria interna e externa. Tipos e procedimentos de auditoria. Governança e análise de riscos. Governança no setor público. O papel da auditoria na estrutura de governança. Estrutura conceitual de análise de risco (COSO). Elementos de risco e controle. Aplicação da estrutura conceitual de análise de risco. O papel das normas de auditoria. Normas internacionais para o exercício profissional da auditoria interna. Definição de auditoria interna, independência, proficiência e zelo profissional, desenvolvimento profissional contínuo, programa de garantia de qualidade, planejamento, execução do trabalho de auditoria, comunicação de resultados, monitoramento do progresso, resolução da aceitação dos riscos pela administração. Julgamento de contas públicas pelo controle externo. O parecer e o relatório dos auditores. Legislação: Prestação Anual de Contas e à Gestão Fiscal dos órgãos fiscalizados; ao Controle Interno; aos Atos de Pessoal; às Licitações e Contratos e aos Repasses Públicos (Leis e Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo). Referencial Técnico de Auditoria Governamental da CGU. **Contabilidade Pública:** Estrutura Conceitual. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Legislação: Lei Complementar n.º 101/2000 e atualizações; Lei Federal n.º 4.320/64. Normas do Conselho Federal de Contabilidade. Normas da Secretaria do Tesouro Nacional. Demonstrações Contábeis do Setor Público. **Administração e Políticas Públicas:** Conceito de Estado, Governo e Sociedade. Relações entre esferas de governo e regime federativo. Formas e Evolução de administração pública. Governabilidade e governança. Accountability. Excelência nos serviços públicos. Gestão por resultados. Gestão de redes organizacionais. Processos participativos. Governo eletrônico. Transparência da administração pública. Controle social e cidadania. Planejamento, Avaliação e Controle. BSC. PDCA. SWOT. GUT. Indicadores. Eficiência, Eficácia, Efetividade e Economicidade. **Economia e Finanças Públicas:** Funções do Estado e financiamento dos gastos públicos. Tributação e equidade. A função do bem-estar; políticas alocativas, distributivas e de estabilização. Federalismo fiscal. Anexos de Metas

Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho. Classificações orçamentárias. Ciclo orçamentário. Gestão organizacional das finanças públicas: sistema de planejamento e orçamento e de programação financeira (Manual do Orçamento). Conceito de déficit público; financiamento do déficit; sustentabilidade da política fiscal. Resultado Fiscal do Governo (Necessidade de Financiamento do Setor Público - NFSP): Resultado Primário e Resultado Nominal. Gestão fiscal Responsável. **Matemática Financeira e Estatística:** Juros Simples e Juros Compostos. Descontos Simples e Descontos Compostos. Custo real e efetivo das operações de financiamento, empréstimo e investimento. Noções de estatística. Distribuição de Frequências. Amostra. Probabilidade.

## **Contador**

**Conhecimentos Específicos:** Contabilidade: princípios e convenções. Contabilidade Geral. Estrutura conceitual básica da contabilidade. Princípios fundamentais da contabilidade. Plano de contas. Procedimentos básicos de escrituração. Livros obrigatórios e auxiliares. Procedimentos contábeis diversos. Depreciação. Amortização. Apuração de resultado. Demonstrações Contábeis. Determinação de índices e quocientes e interpretação. Conciliação e análise de contas patrimoniais e de resultado. Legislação Tributária/Fiscal. Tributos fiscais. Tributos sobre o faturamento, base de cálculo, alíquotas e escrituração fiscal. Regulamento de Imposto de Renda – Pessoa jurídica. Contabilidade Pública: princípios orçamentário, financeiro e patrimonial. Classificação e estruturação orçamentária. Execução orçamentária. Auditoria: noções básicas de auditoria independente e interna. Natureza e campo de atuação da auditoria. Pareceres de auditoria. Controles internos. Testes e procedimentos de auditoria. Contabilidade Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal: responsabilidade da Gestão fiscal: órgãos obrigados, equilíbrio das contas públicas, planejamento e transparência, metas e limites. Receita corrente líquida (conceito). L.D.O. e a Lei Orçamentária Anual. Execução orçamentária e cumprimento das metas. Receita pública. Despesa pública: tipos de despesa, restrições e limites. Transferência de recursos públicos para o setor privado. Endividamento: dívida pública fundada, dívida mobiliária, contratações de operações de crédito, operações de crédito por antecipação de receita, concessão de garantias, restos a pagar, limites e restrições. A gestão patrimonial. Transparência, controle e fiscalização: instrumentos de transparência, prestação de contas, relatório da gestão fiscal, órgãos encarregados pela fiscalização, principais pontos de fiscalização. Lei Federal nº 4.320/64 e suas atualizações. Lei Complementar nº 101/2000 (e alterações). Decreto nº 10.540/2020 – Siafic. Normas do Conselho Federal de Contabilidade; Contabilidade de custos - NBC TSP 34 - CUSTOS NO SETOR PÚBLICO; Lei Federal 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP) 9ª Edição; Manual de demonstrativos fiscais (MDF) 13ª edição; Plano de contas aplicado ao setor público (PCASP)2023; NBC TSP – do Setor Público; Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS); Anexo I - Matriz de Saldos Contábeis da Portaria STN nº 642 de 2019; Nota Técnica SEI nº 57145/2022/ME: Assunto: Impactos Contábeis e Fiscais da Emenda constitucional nº 109, de 15 de Março de 2021; Lei Orgânica do Município de Santo André. Resoluções do Senado Federal: nº 40/2001, nº 43/2001, nº 48/2007 etc. MIP – Manual para Instrução de Pleitos. Emendas Constitucionais: nº 30/2000, nº 62/2009, nº 94/2016, nº 99/2017, nº 109/2021, nº 113/2021, nº 114/2021. Lei nº 11.960/2009; Lei 12.703/2012; Súmula Vinculante nº 47 do Supremo Tribunal Federal (STF); Resoluções do CNJ nº 115/2010; 123/2010; 303/2019 (atualizações/alterações); 482/2022 (Atualiza a Resolução CNJ nº 303/2019, que dispõe sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário, padronizando a operacionalização dos pagamentos de precatórios no país).

## **Economista**

**Conhecimentos Específicos:** Microeconomia: teoria do consumidor e sua fundamentação; equilíbrio do consumidor; alterações na posição de equilíbrio; a curva de procura: derivações, elasticidades e deslocamentos; teoria da empresa; teoria da produção e dos custos: função de produção, rendimentos de escala e de fator; elasticidade, substituição, custos de produção e detalhamentos; a curva da oferta: derivações, elasticidade e deslocamentos; mercados, concorrência perfeita e imperfeita: tipos, equilíbrios e estruturas. Macroeconomia: contas nacionais; os grandes agregados: conceituação e derivações; produto real versus produto nominal; números-índices; economia monetária; evolução, formas, tipos e funções da moeda; conceito de meios de pagamentos e base monetária; teoria quantitativa da moeda; os bancos comerciais e a criação da moeda; política monetária e o papel do Banco Central; inflação: tipos e causas; noções de economia

internacional; balanço de pagamentos: conceituação e estrutura; taxa de câmbio fixa e flutuante; regimes cambiais; política de ajuste do balanço de pagamentos; determinação do nível de equilíbrio; modelos clássico e keynesiano; demanda e oferta agregada; equilíbrio macroeconômico; o modelo IS-LM; os diversos multiplicadores dos gastos. Política Econômica e Finanças Públicas: políticas de administração e ajuste de demanda; políticas fiscal, monetária e cambial; conceitos, objetivos e instrumentos; noções de finanças públicas; atribuições econômicas do Governo; bens públicos e meritórios; tributação e equidade, a curva de Laffer; o papel do Estado na economia; análise da política de gastos; *deficit* público e dívida pública: conceitos e efeitos. Orçamento Público: evolução do orçamento e sua correlação com o planejamento; princípios orçamentários; orçamento tradicional versus orçamento-programa; ciclo orçamentário; classificação das receitas; classificação das despesas; o sistema e o processo orçamentário; o sistema brasileiro de planejamento e orçamento; o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual; a elaboração da proposta orçamentária; a discussão, votação e aprovação da proposta orçamentária; a execução orçamentária e os créditos adicionais. Economia do Setor Público: classificação de bens: público, semipúblico e privado. Funções governamentais. Princípios gerais de tributação. Tendências gerais da evolução do gasto público no mundo. O cálculo do *deficit* público: as necessidades de financiamento do setor público (NFSP) nos conceitos nominal, operacional e resultado primário. A evolução da discussão sobre previdência social. A evolução da discussão sobre o sistema tributário. Código Tributário do Município de Santo André. A evolução da discussão sobre Federalismo Fiscal. Regulação no Brasil. As metas fiscais desde 1998. Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. As parcerias público-privadas (PPP). Métodos quantitativos: conceitos básicos de probabilidade e estatística. Variáveis aleatórias. Distribuição de probabilidade, distribuição de frequência e distribuição acumulada. Estatística descritiva. Estimativa pontual e por intervalos. Testes de hipótese. Princípios de álgebra matricial. Regressão. Conceitos básicos e aplicações de números índices, medidas de distribuição de renda e concentração industrial. Conhecimentos sobre atuária. Ética Profissional no Serviço Público. Lei 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Lei Orgânica do Município. Lei Municipal nº 9.407/2012 e suas alterações (Tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte). Lei Federal nº 4.320/64 e suas atualizações - Estabelece as Normas Gerais de Direito Financeiro. Decreto nº 10.540/2020 – Siafic. Resoluções do Senado Federal nº 40/2001, nº 43/2001, nº 48/2007, etc. MIP – Manual para Instrução de Pleitos. Emendas Constitucionais nº 30/2000, 62/2009, nº 94/2016, nº 99/2017, nº 109/2021, nº 113/2021, nº 114/2021. Lei nº 11.960/2009; Lei 12.703/2012; Súmula Vinculante nº 47 do Supremo Tribunal Federal (STF); Resoluções do CNJ nº 115/2010; 123/2010; 303/2019 (atualizações/alterações); 482/2022 (Atualiza a Resolução CNJ n. 303/2019, que dispõe sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário, padronizando a operacionalização dos pagamentos de precatórios no país).

### **Engenheiro – Civil (Trânsito):**

**Conhecimentos Específicos:** Engenharia de Tráfego. Elementos de Tráfego – homem, via, veículo, ambiente. Características do Tráfego – caracterização da corrente de tráfego (demanda, oferta e serviço). Relações básicas – volume, densidade, capacidade, velocidade, espaçamento. Sistema Viário – conceitos e tipos; classificação das vias; diretrizes básicas de planejamento. Sinalização Semafórica – definições, conceitos, dimensionamento de tempos semaforicos, coordenação de semáforos, controle de tráfego centralizado. Sinalização Horizontal – normas de projeto. Sinalização Vertical – normas de projeto para regulamentação, advertência e orientação. Segurança de Trânsito. Municipalização do trânsito: atribuições e responsabilidades dos órgãos municipais de trânsito. Transporte Urbano: Introdução ao Planejamento de Transportes – conceitos e definições. Pesquisas em transporte coletivo. Sistemas de transporte coletivo de passageiros – sistemas e tecnologias de transporte urbano. Panorama sobre o transporte público no Brasil. Programação da operação do transporte coletivo urbano por ônibus. Lei nº 13.146/2015. Legislação de trânsito: Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro: Do Sistema Nacional de Trânsito; Das Normas Gerais de Circulação e Conduta; Da Sinalização de Trânsito; Da Operação e Fiscalização de Trânsito; Dos Veículos; Das Infrações; Das Penalidades; Das Medidas Administrativas; Do Processo Administrativo; Anexo I – Dos Conceitos e Definições. Resoluções CONTRAN nº 789/2020 – Consolida normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos; com as alterações da Res. 849/21; nº 798/2020 – Dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, elétricos, reboques e semirreboques; com as alterações da Res nº 804/20; nº 909/2022 – Consolida normas de fiscalização de

trânsito por intermédio de videomonitoramento; nº 973/2022 – Institui o Regulamento de Sinalização Viária, com as alterações da Res nº 986/22; nº 985/2022 – Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito. Software específico para desenho (AutoCad, MicroStation) e programas voltados para dados estatísticos (Geomedia, QGIS). Projeto Geométrico de vias; Conceito de Ruas completas; PNATRANS – Plano Nacional para Redução de Mortes no Trânsito; Polos Geradores de Tráfego (Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo – Lei Municipal 9924/16).

### **Pedagogo (Assistência Social)**

**Conhecimentos Específicos:** Princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Política Nacional de Assistência Social. Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso e Estatuto da Pessoa com deficiência. Elaboração de estudo social, relatório. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Sociologia da educação; Função social da escola. Psicologia da educação. Teoria do desenvolvimento humano e suas distintas concepções. O conhecimento do valor ético como agente de promoção social nas relações interpessoais. Família: as novas modalidades de família, metodologias de abordagem familiar. Estratégias de capacitação e desenvolvimento de pessoas. Programas, metodologias e tecnologias da educação.

### **Profissional de Educação Física**

**Conhecimentos Específicos:** Dimensões históricas, sociológicas e psicológicas do esporte; Princípios do treinamento esportivo; Métodos e fundamentos de ensino em diversas modalidades esportivas: atletismo, basquetebol, voleibol, futsal, futebol, handebol, natação, hidroginástica, tênis de mesa, tênis de campo, skate, lutas, ginástica, ginástica rítmica, ginástica artística, ginástica acrobática, musculação, pilates; Conhecimento básico de regras em diversas modalidades esportivas; Princípios básicos de: atividade física e envelhecimento, atividade física e esportes adaptados, atividade física nos modelos de atenção primária a saúde, atividade física para grupos especiais, atividade física esportiva para crianças e adolescentes; Métodos de avaliação no desenvolvimento esportivo; Gestão e organização no desenvolvimento de eventos esportivos; Fundamentos da aprendizagem motora; Movimento humano e performance; Princípios do treinamento esportivo; Bases fisiológicas da educação física; Cinesiologia e biomecânica do movimento; Sistema cardiorrespiratório na atividade física; Conhecimento em primeiros socorros; LIE - Lei de Incentivo ao Esporte do Governo Federal (LEI FEDERAL Nº 11.438, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006); LPIE - Lei Paulista de Incentivo ao Esporte - Secretaria de Esporte do Estado de SP (art.16 da LEI ESTADUAL Nº 13.918, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 e DECRETO Nº 55.636, DE 26 DE MARÇO DE 2010).

### **Psicólogo (Assistência Social)**

**Conhecimentos Específicos:** Política Nacional de Assistência Social: Caderno SUAS; II Plano Decenal de Assistência Social; Participação e Controle Social; Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, reordenado pela resolução nº 01/2013; NOB-SUAS; Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A psicologia nas diversas modalidades de atendimento: oficina abrigada, centros de convivência, programas comunitários: métodos, objetivos, indicações e limitações. Ética e Legislação Profissional. Estatuto do idoso (Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ficam ratificadas as demais informações constantes no Edital de Abertura de Inscrições nº 2/2023, não podendo ser alegado qualquer espécie de desconhecimento.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Santo André, 25 de maio de 2023.

**Pedro Henrique Ruiz Seno**  
**Secretário de Inovação e Administração**